

## AS PERSPECTIVAS DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

JOSÉ ALEXANDRE FELIZOLA DINIZ\*

BOLETIM DE GEOGRAFIA TEORÉTICA, 16-17(31-34): 137-142, 1986-1987  
(1 ENCONTRÓ DE GEÓGRAFOS DA AMERICA LATINA)

No momento presente, quando a Universidade brasileira passa por uma crise de graves proporções, torna-se bastante difícil tratar das perspectivas da pós-graduação em geografia, mantendo-se uma posição equilibrada entre o pessimismo extremo e uma visão um pouco crítica da realidade. De imediato, fica bem evidente que não se pode pensar na melhoria da pós-graduação em geografia sem uma mudança mais profunda em toda a Universidade.

### I. A CRISE DA UNIVERSIDADE E A PÓS-GRADUAÇÃO

Comumente se diz que a pós-graduação *está*, mas não é da Universidade, isso para indicar as condições de certa forma privilegiadas desse nível de ensino e, também, o seu isolamento. Os cursos de pós-graduação ampliaram-se bastante a partir de 1975 e se constituíram em unidades quase fechadas, muitas vezes hostilizadas pelo restante da comunidade universitária, tentando manter um nível razoável diante da queda de qualidade do ensino universitário. Não resta dúvida que isso só foi possível graças ao apoio de agências governamentais como o Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e, sobretudo, a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), não só através de financiamentos diretos para pes\* Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, Brasil. (Conferência pronunciada em 6-04-1987). quisa, complementação salarial e equipamentos, como também de bolsas de estudos.

A exigência de qualificação formal para a promoção na carreira do magistério das Universidades federais foi fator destacado no crescimento da pós-graduação brasileira, sobretudo em decorrência do Plano Institucional de Capacitação de Docentes (PICD) da CAPES.

Todavia, ao mesmo tempo que essas agências ajudavam a pós-graduação, criaram uma distorção que traz, até hoje, consequências danosas a todo o sistema.

A administração da Universidade passou a não ver a pós-graduação como um problema de sua alçada. Os cursos foram entregues aos seus coordenadores, que passaram a ser responsáveis pela satisfação das novas necessidades. E a pesquisa, muito vinculada a esses programas, passou a ter o mesmo tratamento. Poucas universidades federais têm, em seu orçamento, recursos alçados à pesquisa e a pos-graduação, que são obrigadas a viver de recursos externos, de captação difícil (sobretudo para instituições e cursos ainda com pouca

credibilidade) e de continuidade duvidosa, a exemplo dos problemas por que vem passando a COPPE (UFRJ) e a FINEP. E preciso considerar que a existência de programas de pesquisa bem estruturados e fundamental para os cursos de pós-graduação. De fato, são eles os responsáveis pela maior parte da produção de ciência e tecnologia na Universidade que, por sua vez, è o grande manancial de novos conhecimentos no Brasil. Realizar pesquisas sem recursos garantidos a médio e longo prazo é, todavia, tarefa quase impossível, pois a instabilidade de financiamentos dificulta a consolidação de linhas de investigação, a aquisição de equipamentos e de material bibliográfico e, ate, a manutenção de pessoal qualificado, que acaba migrando para outros núcleos, em parte, também, decorrente dos baixos salários. E conveniente lembrar que a pesquisa já começa a ser realizada, de forma mais intensiva e sistemática, em instituições especializadas e em núcleos ligados à indústria. A Universidade passa, assim a perder a posição privilegiada nesse campo, forçandose uma integração Universidade-Empresa que representa uma grande inovação no sistema. A pesquisa tenderá, forçosamente, a ter uma conotação mais pragmática e, a Universidade, a se atrelar aos interesses, às vezes imediatistas, dos financiadores.

A crise se reflete em outro ponto de grande importância — o corpo docente. Cerca de 50% dos atuais professores da pós-graduação brasileira não possuem titulação formal de doutor, o que, embora não implique, necessariamente, em baixa qualificação, significa que o sistema ainda não atingiu uma taxa razoável de reprodução. Isso se agrava com as dificuldades, ou até impedimentos legais (no caso das instituições federais) para contratação de novos docentes, ampliandose o quadro da pós-graduação via mecanismos pouco ortodoxos de bolsas de estudos e pesquisa, contratação por serviços prestados etc. já é considerável, por exemplo, o número de bolsistas do CNPq, de fato pesquisadores com titulação a nível de doutor e alta qualificação (muitas vezes até obtida no exterior) lecionando nos cursos de pós-graduação. Embora esse mecanismo venha melhorar sensivelmente a qualidade dos cursos, chegando até a viabilizar a existência de muitos deles, não deixa de gerar, também, distorções graves, relacionadas à instabilidade do pessoal, baixa remuneração e elevado grau de insatisfação. De fato, é mais um elemento que reforça o desligamento da pós-graduação da estrutura da Universidade brasileira.

Apesar dos numerosos problemas da pós-graduação brasileira, dos quais três foram apontados rapidamente, o governo tem perfeita consciência da importância desse nível de ensino para superação dos níveis de subdesenvolvimento em que se encontra o país. As dificuldades apontadas não significam descaso para com o segmento, mas sim contradições desenvolvidas num processo muito rápido de crescimento praticamente induzido, quando se percebeu que a reforma de ensino havia alijado dos cursos de graduação a formação de uma elite intelectual necessária ao crescimento do país. A própria ampliação dos quadros docentes das instituições federais de ensino superior, inchadas a partir da crise dos sessenta, exigia quadros mais capacitados, o que explica o grande desenvolvimento do PICD.

O esvaziamento desse programa a partir do Decreto 85.487/80, que eliminou a necessidade da pós-graduação formal para promoção na carreira docente das IES's reduziu a pressão de demanda da pós-graduação brasileira. O seu crescimento pode ser, agora, mais lento e cuidadoso, enfatizando-se a melhoria da qualidade, o que vem sendo perseguido pelas agências financiadoras, sobretudo pela CAPES.

## **A PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA NUMA UNIVERSIDADE EM CRISE**

Os sete núcleos de pós-graduação em geografia existentes no país mantêm dez cursos em funcionamento, sendo três de doutorado (dos quais dois na Universidade de São Paulo) e sete de mestrado. Diante dos 1.112 cursos de pós-graduação nas mais diferentes áreas instalados no Brasil, a geografia, com apenas 0,9% do total, se constitui em área pouco consolidada, com reduzido número de alunos e pequena produção científica que é, além de tudo, pouco divulgada.

Certamente, as condições de todos esses núcleos já são conhecidas. Todavia, convém lembrar que os mesmos apresentam intensa diferenciação entre si, resultante do processo de instalação, das condições materiais disponíveis (sobretudo de equipamentos, instalações físicas e biblioteca) e da dimensão e qualificação do seu corpo docente. Os cursos consolidados (Universidade de São Paulo, UNESP — Rio Claro e Universidade Federal do Rio de Janeiro) podem ser considerados de bom nível, pois todos se enquadram nos níveis A e B da avaliação coordenada pela CAPES. Os cursos das Universidades Federais de Santa Catarina, Pernambuco e Sergipe, por estarem em implantação ou reestruturação, não foram recentemente avaliados. De qualquer modo, as condições internas dos três não são equivalentes aos demais.

É interessante, também, analisar os sete núcleos em face de algumas das suas condições externas: primeira, o meio cultural da cidade/região em que se insere; segunda, o ambiente universitário, a tradição de pós-graduação da Universidade; terceira, a situação de dependência jurídica da Universidade; quarta, as relações dos cursos com órgãos estaduais/federais de planejamento, educação, etc. e, finalmente, a importância dos cursos/área de geografia no sistema de pós-graduação da própria Universidade. Com base numa avaliação muito subjetiva e inteiramente pessoal, observamos que os diferentes núcleos assumem posições variadas em face dos cinco elementos analisados (Quadro I).

Os núcleos ligados às Universidades paulistas sobressaem logo, não só em face do ambiente cultural e da tradição universitária, como da situação jurídica. Por serem de universidades estaduais, não foram submetidos ao estrangulamento do corpo docente por que passam as IES federais, proibidas de contratações de novos professores desde 1980. Os núcleos ligados às Universidades menores, por outro lado, têm maiores possibilidades de obtenção de condições na própria instituição, onde seu peso relativo é maior. Esse talvez seja o caso do núcleo de

Santa Catarina e, certamente é o de Sergipe, no qual o Departamento de Geografia lidera a produção científica da Universidade e se liga ao grupo que mantém seu único mestrado.

Considerando os cursos consolidados com o indicativos de um núcleo em que há predominância de pontos fortes, e uma totalização positiva das condições externas como predominância de oportunidade em lugar de ameaças, observamos as diferenças de perspectivas dos sete núcleos, em face das condições atualmente disponíveis (Quadro 2). Três deles devem adotar estratégias de sobrevivência ou de manutenção, caso suas condições internas — ainda não avaliadas — sejam positivas. Os núcleos consolidados devem adotar estratégias de desenvolvimento ou, ainda, de crescimento, sobretudo no caso daqueles que não atingiram nível.

A da citada avaliação. De qualquer modo, embora ainda bastante simplista em face da informação disponível, essa análise serve para mostrar a situação dicotomizada em que se encontra a pós-graduação em geografia no Brasil. E preciso lembrar, todavia, que 43% dos núcleos estão com cursos em implantação, que novos núcleos devem ser brevemente implantados no país, talvez nas Universidades federais de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que a UFRJ deverá partir para a implantação de um doutorado, e que a pós-graduação brasileira se fez, e continuará fazendo, de forma induzida, comandada por elementos externos à Universidade.

Dai a necessidade de se pensar em estratégias flexíveis, pois novas condições são artificialmente geradas, alterando todo o quadro de análise previamente fixado.

### **3. AS PERSPECTIVAS DA PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA E O PLANO NACIONAL DE PÓS—GRADUAÇÃO**

O Decreto n° 93.668, de 09 de dezembro de 1986, assinado pelo Presidente José Sarney, institui o 3° Plano Nacional de Pós-Graduação, que, à semelhança dos anteriores, define os rumos desse nível de ensino, tendo como objetivos, primeiro, a consolidação e melhoria do desempenho dos cursos, segundo, a institucionalização da pesquisa e, terceiro, a integração da pós-graduação no sistema de ciência e tecnologia.

É importante, agora, que se levantem as perspectivas da nossa pós-graduação diante desse novo instrumento. A geografia poderá manter seu papel na formação de recursos humanos mas, certamente, deverá participar mais intensamente na solução dos problemas ambientais, econômicos e sociais do país. É preciso que os núcleos de pós-graduação em geografia se integrem mais aos planos de desenvolvimento regional, aos projetos de conservação ambiental e de desenvolvimento urbano. O frutífero relacionamento entre os núcleos nordestinos e a SUDENE é um exemplo a ser seguido pelos demais.

Os diversos núcleos, sobretudo das Universidades federais, têm necessidade de ampliação do seu corpo docente. Essa é, entretanto, uma perspectiva bem remota, podendo-se melhorar as condições de recursos humanos através de um amplo projeto de intercâmbio. Aliás, essa é uma das estratégias do 3º PNPG, que se propõe a "estimular formas de cooperação entre programas de pós-graduação, incluindo intercâmbio de pesquisadores e alunos, uso comum de equipamentos e realização de pesquisa interdisciplinar e/ou multi-institucional". A área de geografia, lidando, inclusive com carência de docentes a nível de doutorado, pode se valer bastante desse esquema, reunindo professores de outras regiões ou países nos núcleos com menor número de doutores. A questão da falta de docentes qualificados deve ser solucionada, em parte, com o envio, na maior quantidade possível, de doutorandos para o exterior, aproveitando, ao máximo, os esquemas de bolsas existentes. A abertura de um curso desse nível na UFRJ abre, também, novas perspectivas, sendo esse um ponto importante para o progresso da área, pois a obtenção desse título será, inegavelmente, mais acessível. E, nesse ponto, convém ser mencionada a questão da duração dos nossos cursos, pois a média do mestrado no país é, hoje, de seis anos. Tem sido mais rápida a obtenção de titulação no exterior, apesar das naturais dificuldades com idioma estrangeiro, do que em nossos próprios cursos. Considerando a grande necessidade que temos de pós-graduação e a dimensão do país, talvez pudessem ser instalados alguns cursos mais livres, flexíveis e baseados em trabalho individual, com menor exigência da presença física do discente.

A produção geográfica pode ser melhor difundida aproveitando-se as estratégias do citado plano. Nele, há recomendações de apoio às revistas científicas de padrão internacional, podendo-se, inclusive, partir para a publicação de manuais de autores nacionais, o que consagrará o nível de autonomia obtido pela geografia brasileira.

Nessa questão da pesquisa, nota-se que, aos poucos, os cursos começam a definir melhor suas áreas de concentração, afastando-se de uma ideia de geografia abrangente. Aliás, todos os cursos de instalação mais recente e o da UFRJ tendem a delimitar melhor sua orientação e linhas de pesquisa, chegando, em alguns casos, à constituição de grupos de investigação de grande coerência e reconhecido valor em outras áreas de conhecimento. Um bom exemplo disso é a linha de pesquisa sobre Fronteira/Amazônia, na UFRJ, mais um exemplo a ser seguido por outros núcleos.

O reforço às bibliotecas existentes, muito facilitado por programas de publicação dos núcleos, deve se fazer, também, a partir do 3º PNPG, que tem como estratégia, "assegurar a diversidade de fontes de financiamento para aquisição de periódicos científicos a fim de garantir os recursos bibliográficos indispensáveis aos cursos de pós-graduação, além daqueles fornecidos às bibliotecas das instituições".

Um dos pontos estabelecidos no Plano é a valorização dos cursos de pós-graduação *lato-sensu*, o que pode ser bastante aproveitado pela geografia. A

existência de recursos humanos já qualificados a nível de mestrado em diversas Universidades, aliada a um possível programa de intercâmbio, permite a abertura de numerosos cursos desse tipo. Além de seus objetivos específicos, os cursos de especialização/aperfeiçoamento podem estimular a formação de uma clientela de melhor nível para os cursos de pós-graduação *stricío-sensu*.

Se bem que não haja, nos dias atuais, um estímulo exagerado à abertura de novos cursos, não se impede a implantação da pós-graduação em núcleos emergentes, com tradição., pesquisa sedimentada e corpo docente qualificado. Aliás, o próprio 3º PNPG tem como estratégia, "apoiar os grupos emergentes, em função de planos de trabalho com prazos definidos, mantendo-se um processo de acompanhamento e avaliação para possibilitar a correção de eventuais desvios e a necessária assistência técnica de apoio e orientação".

E é preciso abrir novos cursos em nossa área. É importante reduzir-se a concentração no Sudeste, estimulando os núcleos embrionários no Sul, Nordeste e Centro-Oeste.

Assim, observamos como, a depender da área de agressividade da área de conhecimento e das Universidades interessadas, certas condições, a priori desvantajosas, podem ser minoradas ou eliminadas por uma ação governamental bastante dirigida ao fortalecimento da pós-graduação. E importante salientar três medidas destacadas no mencionado Plano como importantes para a institucionalização da pesquisa e da pós-graduação nas Universidades:

"destacar, nos orçamentos das instituições universitárias, verbas específicas para pesquisa pós-graduação; reestruturar a carreira docente universitária para valorizar a produção científica, tanto para o acesso quanto para a promoção, com remuneração específica para o desempenho científico; planejar a ampliação dos quadros universitários, assegurando o reforço aos grupos de pesquisa existentes e a criação de novos grupos, possibilitando a absorção dos egressos da pós-graduação".

São medidas que, se concretizadas, reduzirão bastante as condições desvantajosas atualmente existentes. Se as Universidades assumirem a pós-graduação, se for buscado um aprimoramento qualitativo do seu corpo docente, suficientemente ampliado para atender à demanda da graduação, da pesquisa e da pós graduação, se seus servidores passarem a ter uma remuneração condigna e compatível com seu nível, então a pós-graduação brasileira poderá conhecer, nos próximos dez anos, uma mudança qualitativa compatível à expansão do último decênio.

E a geografia pode compartilhar dessa mudança, desde que saibamos utilizar as oportunidades.

**QUADRO 1** — Situação dos núcleos de pós-graduação em Geografia em relação às condições externas

<i>Condições</i> <i>Núcleos</i>	<i>Ambiental</i> <i>Cultural</i>	<i>Tradição</i> <i>univer-</i> <i>sitária</i>	<i>Depen-</i> <i>dência</i> <i>da IES</i>	<i>Vinculação</i> <i>a órgãos</i> <i>Fed/Est.</i>	<i>Peso Núcleo/</i> <i>área na IES</i>
USP <sup>(1)</sup>	+	+	+	—	+ —
UNESP	+	+	+	—	+
UFRJ	+	+	—	—	+ —
UFPE	+ —	+ —	—	+	—
UFSC	—	+ —	—	+ —	+ —
UFS	—	—	—	+	+

(1) Na USP estão incluídos os dois Núcleos, em Geografia Física e em Humana pois, em relação às condições externas, são idênticas.

**QUADRO 2** — Alternativas estratégicas dos núcleos de pós-graduação em Geografia em face das condições internas e externas

<i>Diagnóstico</i>		<i>Condições internas</i>	
		Predomínio de Pontos Fracos	Predomínio de Pontos Fortes
<i>Condições</i> <i>externas</i>	Predominância de ameaças	Sobrevivência UFPE, UFSC, UFS	→ Manutenção
	Predominância de oportunidades	Crescimento	← Desenvolvimento USP, UNESP, UFRJ